

Regional

Termonebulização é adiada

O Departamento de Zoonoses informa que o trabalho de termonebulização da rede de galerias pluviais do Jardim Pedro Ometto, em Jáu, previsto para ocorrer nesta semana, foi adiado por razões técnicas. Uma nova data será divulgada.

Fiscalização surpresa do TCE flagra irregularidades em escolas da região

Extintores de incêndio vencidos, totem sem álcool, banheiro sem porta e transporte precário estão entre as situações identificadas

MARCELE TONELLI

Uma fiscalização surpresa do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) flagrou irregularidades em pelo menos sete escolas públicas da região de Bauru. A ação, que começou nesta segunda-feira (8), teve como alvo 25 unidades estaduais e municipais, diante da retomada das aulas presenciais. Em balanço divulgado nesta terça (9), o TCE informou ter encontrado irregularidades graves em escolas visitadas em Bauru, Alvinlândia, Pirajuí, Iacanga, Avaí e Bariri.

Carne vencida, transportes escolares precários e sem segurança, extintores de incêndio vencidos ou com difícil acesso, totem sem álcool, banheiros ruins e sem porta, problemas de estrutura em prédio, fezes de pomba em local de atividades, formigueiro e falta de desinsetização e desratização são algumas das situações identificadas (leia mais abaixo).

Diretor da Unidade Regional de Bauru do TCE, José Paulo Nardone explica que a seleção das escolas foi feita com base nas unidades que atingiram menor nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador que mede o nível de aprendizado dos alunos. “Houve tempo mais do que suficiente para que medidas cor-



TCE/Divulgação

Pirajuí: computadores estavam encaixotados por problemas na rede elétrica e as mesas da sala de informática eram ocupadas por livros

retivas fossem efetuadas pelas gestões municipais e estadual, na pandemia. No meu diagnóstico, o grande problema tem residido na falta de planejamento da gestão pública”, aponta Nardone.

PROVIDÊNCIAS

A partir das ações, um relatório será elaborado e encaminhado para prefeitos e secretários de Educação, no caso das escolas municipais, e para a Diretoria Regional de Ensino (DRE), no caso das estaduais.

PUNIÇÃO

Escola pode ser multada em eventual improbidade administrativa

“Se não houver boas justificativas para as situações encontradas e não se viabilizarem soluções, os responsáveis poderão ser multados pelo TCE, além da possibilidade de se apurar eventual ato de improbidade administrativa, em situações mais graves”, explica Nardone.

FLAGRANTES

Em Alvinlândia (90 quilômetros de Bauru), técnicos localizaram um pedaço de carne vermelha vencida desde o dia 28 de outubro no freezer da Emef José Bonifácio de Couto, além de fezes de passarinho no bebedouro que os alunos usam.

Em Iacanga (50 quilômetros de Bauru), na Emef Joaquim Caldas de Souza houve constatação de problemas no transporte escolar envolvendo o cinto de

segurança e placas apagadas.

Em Pirajuí (58 quilômetros de Bauru), a Emef Coronel Joaquim de Toledo Piza apresentava problemas estruturais, forro danificado, quadra mal cuidada, banheiros sem porta e totens sem álcool. Na sala de informática, livros tomavam as mesas que estavam com os computadores desativados por problemas na rede elétrica. O transporte escolar apresentava a carenagem amarrada, extintor preso com arame e assentos soltos e em condições precárias.

Em Bariri (56 quilômetros de Bauru), na Emef Professora Rosa Benatti, foram encontrados problemas estruturais no prédio e os banheiros estavam em situação precária.

Na Emef Elza de Oliveira Antonio, em Avaí (39 quilômetros de Bauru), o refeitório não possui tela contra insetos, as merendeiras não usavam trajés adequados, os alimentos estavam estocados no chão, o botijão de gás localizado próximo ao forno e um freezer estava em condições precárias. Os alunos também não usavam uniforme, havia lâmpadas queimadas, ventilador quebrado, uma lousa danificada e goteira aparente. Além disso, os extintores de incêndio estavam vencidos e havia presença de fezes de pombos no local em que os alunos praticavam atividades.

Em Bauru

Em Bauru, a Emef Cônego Anibal Di-frância não possui AVCB e os extintores de incêndio estavam trancados em um depósito por receio de furto. Além disso, não havia mangueiras de incêndio, a estrutura apresentava riscos, a desinsetização e desratização estavam vencidas, não havia aferição de temperaturas, grandes formigueiros foram encontrados e um bebedouro novo, adquirido em 2019, estava embalado no depósito. Ainda na cidade, na escola estadual Edson Gasparini, faltavam ingredientes na merenda e a unidade estava suja e com ambiente propício ao surgimento de escorpões, que têm atormentado o bairro.

TCE/Divulgação



Escola não tem AVCB, nem mangueira de incêndio

Rede de drenagem de água pluvial é limpa

Pederneiras - A Prefeitura de Pederneiras realiza melhoria na rede de drenagem de água pluvial e limpeza do “piscinão” do Jardim Castelo, entre as ruas Coronel Coimbra e Eugênio Macioca. O objetivo da limpeza do “piscinão” é retirar sedimentos e objetos, afim de melhorar a captação das águas pluviais, evitando transtornos à população que mora nas proximidades e promovendo mais qualidade de vida aos munici-

pes. Já a galeria tem a função de aliviar a rede de água pluvial evitando que as caixas de dissipação da galeria se extravasem devido à pressão da água.

“Além de aumentar a vazão, a retirada de sedimentos do leito é também questão de saúde pública, pois, muitas vezes, os sedimentos ou objetos no leito são grandes e acabam servindo de criadouros de insetos e animais transmissores de doenças”, explica a prefeita Ivana Bertolini.



Polícia Civil/ Divulgação

Incineração de drogas Cerca de 480 quilos de cocaína apreendidos na região de Botucatu, nos últimos dias, foram incinerados durante uma operação coordenada pela Delegacia Seccional do município, nesta terça-feira (9). Em razão da complexidade que envolve o transporte do entorpecente, que estava acondicionado em 450 tijolos, a ação contou com o apoio de policiais de Porangaba, Itatinga e da DIG de Botucatu. A incineração foi realizada após autorização judicial e contou com supervisão do Ministério Público e acompanhamento da Vigilância Sanitária.